UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO
JORNALISMO

ENRICO SANTOS CANDUCCI MOLINA

CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS NO JORNALISMO OPINATIVO BRASILEIRO: CASO JOVEM PAN

Ribeirão Preto
2022

ENRICO SANTOS CANDUCCI MOLINA

CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS NO JORNALISMO OPINATIVO BRASILEIRO: CASO JOVEM PAN

Monografia apresentada à Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.
Orientador: Prof. Me. Murilo Pinheiro

Ribeirão Preto
2022

Ficha catalográfica preparada pelo Centro de Processamento Técnico
da Biblioteca Central da UNAERP

- Universidade de Ribeirão Preto -

MOLINA, Enrico Santos Canducci, 1995-

M722m Construção dos sentidos no jornalismo opinativo brasileiro: caso Joven Pan / Enrico Santos Canducci Molina. – Ribeirão Preto, 2022.

47 f. : il. color.

Orientador: Prof.º Me.º Murilo Silva Pinheiro.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade de Ribeirão Preto, UNAERP, Jornalismo, 2022.

À minha mãe, Lucyenne dos Santos Bexiga Silva
e meu padrasto, Maurício de Souza Silva, alicerces
de toda minha trajetória

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a toda minha família e em especial a minha mãe e eterna professora, Lucyenne, que me acompanha desde meus primeiros dias de vida e é responsável pela constituição de meu caráter. Aos meus irmãos, Franco e Valentina, com quem cresci e amadureci, por estarem sempre ao meu lado e ao meu padrasto Maurício por todo apoio e incentivo incondicional que contribuiu fundamentalmente para minha trajetória acadêmica e profissional.

Agradeço também aos companheiros que Ribeirão Preto me proporcionou, André Leal, Pedro Monezi, Caio Sant Ana, Luis Henrique Mazeu e Pedro Neves, por todos os bons momentos juntos.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é identificar e descrever os elementos discursivos e narrativos utilizados no âmbito do gênero jornalístico opinativo, no programa Os Pingos nos Is, a partir das exposições do jornalista Augusto Nunes na construção de opiniões frente ao contexto de ascensão das redes sociais e popularização das mídias digitais. Esses espaços ganham maior relevância com a formação de espaços alternativos para divulgação de informações e produções midiáticas cada vez mais particularizadas para grupos específicos que constituem o fazer jornalístico. A monografia está fundamentada na metodologia fornecida pela Análise do Discurso de linha francesa de Michel Pêcheux apresentada pela linguista Eni Orlandi e as contribuições dos jornalistas José Marques de Melo e Luiz Beltrão, sobre o gênero jornalístico opinativo. Para a constituição do corpus de análise, foram selecionados cinco edições do programa, publicadas entre os dias 18 e 22 de julho de 2022 organizados a partir dos principais elementos constitutivos da temática política. Com a análise, foi possível estabelecer como principais elementos constitutivos uma lógica antagônica entre a posição do articulista e os adversários políticos do governo federal estabelecido, evidenciando o caráter combativo frente a estes opositores. Desta forma, foi possível concluir que a produção opinativa está relacionada com concepções anteriores cuja lógica é internalizada a partir da ideologia dos interlocutores, caracterizando-se pela visão demasiadamente crítica e estigmatização de indivíduos como formas de descredibilizar posições diferentes e priorizando elementos emocionais sobre temas e assuntos predeterminados.

Palavras-chave: Jornalismo Opinativo. Análise do Discurso. Cobertura política.

ABSTRACT

The objective of this study is to identify and describe the discursive and narrative elements used in the scope of the opinion journalism genre, in the program Os Pingos nos Is, from the expositions of the journalist Augusto Nunes in the construction of opinions in the context of the rise of social networks and popularization of digital media. These spaces gain greater relevance with the formation of alternative spaces for the dissemination of information and media productions more particularized to specific groups that constitute the journalistic work. The monograph is based on the methodology provided by Michel Pêcheux's French Discourse Analysis presented by the linguist Eni Orlandi and the contributions of the journalists José Marques de Melo and Luiz Beltrão, on the opinion journalistic genre. For composing the corpus, it was selected five editions of the program, published between July 18 and 22, 2022 organized from the main constitutive elements of the political theme. With the analysis, it was possible to establish as the main constitutive elements an antagonistic logic between the position of the columnist and the political opponents of the established federal government, evidencing the combative character against these opponents. In this way, it was possible to conclude that the opinion production is related to previous conceptions whose logic is internalized from the interlocutors' ideology, characterized by an overly critical view and stigmatization of individuals as ways of discrediting different positions and prioritizing emotional elements over themes and predetermined subjects.

Keywords: Opinion journalism. Speech analysis. Political coverage.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES……...…….**9**

INTRODUÇÃO……...**10**

1. Gêneros Jornalísticos: Jornalismo Opinativo……..**14**

2. Análise de Discurso…….…….……..**21**

3. Caso Jovem Pan…….**26**

3.1 Programa Os Pingos Nos Is……....**26**

3.2 Construindo Sentidos: elementos discursivos e enunciativos…….……**29**

4. Considerações Finais……..…….**42**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS……..**45**

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 - Programas selecionados para a análise de corpus……...30

Figura 1: Programa dia 18 de julho de 2022……36

Figura 2: Programa dia 19 de julho de 2022……37

Figura 3: Programa dia 20 de julho de 2022……37

Figura 4: Programa dia 21 de julho de 2022……39

Figura 5: Programa dia 22 de julho de 2022……40

INTRODUÇÃO

O jornalismo opinativo, um gênero tradicional e muito utilizado pelos veículos de comunicação, exercido pela figura dos jornalistas como articulistas, especialistas e comentaristas, caracteriza-se no momento em que o profissional emite um juízo sobre determinados acontecimentos e expressa seu entendimento particular sobre os fatos jornalísticos apresentados.

A história do jornalismo opinativo está intimamente relacionada com o surgimento da imprensa brasileira. O gênero tem sua origem em 1808, a partir da chegada de D. João VI e da família real portuguesa ao Brasil. Entre as transformações estruturais que o país sofreu, destaca-se o surgimento do Correio Brasiliense, primeiro jornal privado a circular no país, de caráter essencialmente opinativo na figura de seu editor Hipólito José da Costa.

Entre as primeiras obras que definiram os gêneros jornalísticos no Brasil está "A opinião do jornalismo brasileiro", de José Marques de Melo, que se dedica ao estudo da dinâmica estrutural da produção jornalística brasileira, dividindo-a entre Jornalismo Informativo e Jornalismo Opinativo. O professor-emérito da ECA-USP, no entanto, destaca que:

> A convivência de categorias que correspondem a modalidades de relatos dos fatos e das ideias no espaço jornalístico não significa absolutamente desconhecer que o jornalismo continua a ser um processo social dotado de profundas implicações políticas, onde a expressão ideológica assume caráter determinante. (MELO, 2003, p. 25).

Atualmente, cabe destacar as transformações contextuais que a disseminação das notícias falsas, também chamadas de fake news, a ascensão das redes sociais e concentração de poder das grandes plataformas digitais como Google e Facebook, impuseram sobre a produção jornalística e aos veículos de mídia, impactando diretamente a relação do público com o consumo de informações.

Como observado no Relatório de Mídia Digital do Instituto Reuters de Estudos de Jornalismo da Universidade de Oxford de 2021, o acesso às notícias no Brasil, através das plataformas on-line, incluindo as mídias sociais, lidera entre as fontes de informação com 83% dos entrevistados que utilizam o acesso on-line, à frente da TV com 61%, do rádio com 21% e da mídia impressa com 12%.

Neste ano, a 11ª edição do relatório, que abrange 46 países, indica uma queda de seis pontos percentuais na confiança nas notícias entre os brasileiros, que passou de 54% em 2021 para 48% em 2022, caindo da sétima posição para 14ª posição no ranking do Instituto.

Como expõem (ZEINE; RIBEIRO; ORTELLADO, 2022), em artigo publicado na revista Opinião Pública do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP), aplicando diferentes conceitos de polarização política disponíveis na literatura americana, os autores concluem que a radicalização no debate político brasileiro existe, tanto em relação a opiniões políticas de massa, quanto em relação à identidade ideológica entre direita e esquerda, e se acentuaram a partir de 2010.

Surge, neste contexto, o questionamento: quais elementos discursivos utilizados na construção dos sentidos no âmbito do Jornalismo Opinativo e qual a influência ideológica na formação dos enunciados proferidos pelos profissionais de comunicação?

Para responder aos questionamentos expostos, este trabalho realizou um estudo de caso da emissora Jovem Pan, grupo de comunicação fundado em São Paulo, em 1942, como Panamericana e rebatizada nos anos 60. Com quatro emissoras próprias e mais de cem afiliadas, o grupo de mídia conta ainda com dezenas de canais no Youtube e uma plataforma de streaming digital, o Panflix, lançado em abril de 2020. Possui também um canal na TV por assinatura que estreou em outubro de 2021 e que ocupa sua grade de programação com parte majoritária de jornalismo opinativo, como os programas Morning Show, Prós e Contras, Opinião, Três em Um, Boletim Coppolla, Os Pingos nos Is e 62 Minutos.

Como objeto de estudo, foi delimitado o programa “Os Pingos nos Is”, que aborda temas em formato de discussão aberta em que os comentaristas expressam suas opiniões, em especial, sobre política e economia.

Fundamenta o professor João José Saraiva da Fonseca quanto ao estudo de caso como modalidade de investigação científica:

> Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa a conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (FONSECA, 2002, p. 33).

Adiciona-se ainda a contribuição de Marcia Yukkio Matsuuchi Duarte:

> Nos estudos de caso, os detalhes de um objetivo o tornam único, pois suas imperfeições, na verdade, traduzem sua história. Cada fenômeno analisado é, portanto, fruto de uma história que o torna exclusivo. (DUARTE, J.; BARROS, A. e Col, 2005, p. 233).

Portanto, o estudo de caso é a modalidade que permite a compreensão das particularidades e diferenças, distinguindo ou aproximando o objeto de estudo dos demais fenômenos (DUARTE; BARROS, 2006).

A modalidade é dividida em quatro partes sendo elas o particularismo, a descrição, a explicação e a indução (MERRIAM apud WIMMER, 1996). Sobre a última etapa, destaca a autora Marcia Yukkio Matsuuchi Duarte:

> a maioria dos estudos de caso utiliza o raciocínio indutivo, segundo o qual os princípios e generalizações emergem a partir da análise dos dados particulares. Em muitas ocasiões, mais que verificar hipóteses formuladas, o estudo de caso pretende descobrir novas relações entre elementos. (DUARTE, J.; BARROS, A. e Col, 2005, p. 217-218).

Metodologicamente, foi realizada a análise bibliográfica pelos pressupostos da Análise do Discurso de linha francesa de Pêcheux (1997), bem como as contribuições de Orlandi, na obra Análise do Discurso; Princípios e Procedimentos (2005), do corpus de análise do trabalho, composto pelos títulos, chamadas e enunciados, investigando os discursos produzidos e a construção de sentidos evocada pela argumentação do jornalista, compreendendo as enunciações produzidas no discurso.

Para tanto, foram acompanhadas as edições do programa "Os Pingos nos Is" no período que compreende o intervalo entre os dias 18 e 22 de julho de 2022, resultando em dez programas (dias 18, 19, 20, 21 e 22), onde foram expostas as opiniões do comentarista Augusto Nunes da Silva, jornalista e escritor natural de Taquaritinga com passagens por diversos veículos da grande imprensa do país como a Revista Veja e o jornal Zero Hora, do Rio Grande do Sul, e analisadas em sua construção discursiva e dissertativa. Os programas estão disponíveis na plataforma do YouTube, no canal do programa, e no Portal online da Jovem Pan (https://jovempan.com.br/programas/os-pingos-nos-is/).

Neste sentido, destaca-se a definição:

> nem o discurso é visto como uma liberdade em ato, totalmente sem condicionantes linguísticos ou determinações históricas, nem a língua como totalmente fechada em si mesma, sem falhas ou equívocos. (Orlandi 2009, p. 22).

Desta forma, o trabalho se insere no contexto de pesquisa de natureza qualitativa, uma vez que busca interpretar as informações observadas no corpus de análise, a partir dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso realizando uma pesquisa exploratória do estudo de caso do jornalista Augusto Nunes, na emissora Jovem Pan.

O trabalho está organizado em três tópicos estruturais, onde o primeiro se propõe a estudar o gênero Opinativo no Jornalismo, a partir das concepções do professor José Marques de Melo, e as exposições mais contemporâneas da expressão deste gênero jornalístico. Na sequência, no segundo tópico, apresentado os pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa e delimitado o corpus de investigação do trabalho. No terceiro e último tópico, será realizada a análise das exposições opinativas do jornalista, identificando o contexto histórico e social nos quais elas se inserem e como as escolhas para construção de sentidos se relacionam com determinado viés ideológico pressuposto.

A pesquisa encontra sua justificativa no contexto histórico, onde cada vez mais o consumo de notícias e de conteúdos midiáticos se encontra mediado pelas grandes plataformas tecnológicas e mídias sociais. Frente à perspectiva desafiadora da disseminação das fake-news e à descredibilização da imprensa tradicional, o Jornalismo Opinativo assume maior relevância, uma vez que oferece aos interlocutores uma análise dos acontecimentos recentes a partir do entendimento particular de seu articulista.

Ainda, diferentemente da informação, a opinião sendo uma expressão de juízo de valor subjetivo sobre determinados fatos, é um dos componentes primordiais da liberdade de imprensa e, portanto, um dos fundamentos da prática jornalística. Nas palavras de Eugênio Bucci (2009, p.16): "o dever de liberdade assenta seus alicerces na independência material e institucional que o protege contra interesses estranhos à missão de informar".

Baseando-se fundamentalmente na pesquisa bibliográfica, o estudo foi norteado pelas bases teóricas e sistematização como definido por Ida Regina Chitto Stumpf:

> Pesquisa Bibliográfica, em um sentido amplo, é o planejamento global inicial de qualquer trabalho de pesquisa que vai desde a identificação, localização e obtenção da bibliografia pertinente sobre o assunto, até a apresentação de um texto sistematizado, onde é apresentada toda a literatura que o aluno examinou, de formar a evidenciar o entendimento do pensamento dos autores, acrescido de suas próprias ideias e opiniões. Num sentido restrito, é um conjunto de procedimentos que visa identificar informações bibliográficas, selecionar os documentos pertinentes ao tema estudado e proceder à respectiva anotação ou fichamento das referências e dos dados dos documentos para que sejam usados posteriormente na redação de um trabalho acadêmico (DUARTE, J.; BARROS, A. e Col, 2005, p.51).

Diante do exposto, o presente trabalho se propõe a servir de base para análises posteriores dos elementos constitutivos e discursivos na prática do Jornalismo Opinativo no contexto brasileiro, aumentando o material bibliográfico acadêmico disponível acerca da Análise do Discurso e contribuindo com a investigação da prática jornalística no atual contexto histórico.

1. Gêneros Jornalísticos: Jornalismo Opinativo

O Jornalismo Opinativo brasileiro nasce junto com a própria imprensa nacional, na figura do jornalista Hipólito José da Costa, fundador do jornal Correio Braziliense, em 1808. Entre os gêneros mais tradicionais do jornalismo, a expressão opinativa encontra cada vez mais espaço na prática jornalística brasileira, uma vez que é um gênero que se adequa ao contexto de ascensão das plataformas digitais como mediadoras do consumo de notícias.

Entre as primeiras classificações dos gêneros jornalísticos está a de Samuel Buckeley, editor do jornal Daily Courant na Inglaterra do século XVIII, separando os textos entre "news" e "comments" (PENA, 2005). Frente à dificuldade em se estabelecer um conceito unificado de gênero, "essa divisão demorou quase 200 anos para ser efetivamente aplicada pelos jornalistas" (PENA, 2005, p.66). A partir do século 19, a diferenciação entre os gêneros jornalísticos disseminou-se internacionalmente.

No Brasil, os pioneiros no estudo das classificações dos gêneros jornalísticos foram Luiz Beltrão e José Marques de Melo. Sobre as características de uma das figuras mais expressivas no estudo dos gêneros jornalísticos nacionais, José Marques de Melo, define Felipe Pena (2005):

> José Marques de Melo se baseia nos seguintes critérios: 1. finalidade do texto ou disposição psicológica do autor, ou ainda intencionalidade; 2. estilo; 3. modos de escrita, ou morfologia, ou natureza estrutural; 4. natureza do tema e topicalidade; e 5. articulações interculturais (cultura). As sistematizações de Marques de Melo também levam em conta geografia, o contexto sociopolítico, a cultura, os modos de produção e as correntes de pensamento. (PENA, 2005,p.67).

Cabe, aqui, contextualizar a mudança nas relações entre os meios de comunicação frente ao advento das tecnologias digitais. A imprensa passa gradualmente de órgãos de notícias para órgãos de opinião, assumindo a posição dos formadores de opinião (CHAUÍ, 2007).

> Os jornalistas passam a ocupar o lugar que, tradicionalmente, cabia a grupos e classes sociais e a partidos políticos e, além disso, sua opinião não fica restrita ao meio impresso, mas passa, por um lado, a servir como material para os noticiários de rádio e televisão e, por outro lado, espalha-se pelas redes de multimídia (CHAUÍ, 2007, P. 26).

Em estudo divulgado pela Inside Vídeo da Kantar IBOPE Media, de 2021, 80% dos brasileiros entrevistados relatam consumir vídeos on-line em plataformas gratuitas, 72% em redes sociais e 62% em serviços de streaming por assinatura. Ainda segundo a divulgação, o consumo de vídeos on-line no Brasil cresceu 84% nos últimos três anos.

Na definição do teórico russo Mikhail Bakhtin, o gênero do discurso está condicionado ao campo de utilização da língua:

> O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos - o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional - estão indissoluvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso. (BAKHTIN, 2011, p.261-262).

A concepção de gênero de José Marques de Melo complementa o conceito de gênero:

> um conjunto das circunstâncias que determinam o relato que a instituição jornalística difunde para o seu público. Um relato que, pela dinâmica própria do jornalismo, se vincula às especificidades regionais, mas incorpora contribuições dos intercâmbios transnacionais e interculturais. É a articulação que existe do ponto de vista processual entre os acontecimentos (real), sua expressão jornalística (relato) e a apreensão pela coletividade (leitura). (MARQUES DE MELO, 2003, p.64).

Ainda, o gênero jornalístico é entendido como uma "categoria comunicacional configurada por classes", expressas por diferentes formatos (MARQUES DE MELO & ASSIS, 2010). Explicam os autores:

> A partir desse referencial, podemos definir o processo jornalístico e suas ramificações sucessivas, de acordo com o conceito estrutural de Comunicação. Sua importância, como marco teórico, é exatamente sinalizar que estamos tratando de uma atividade não apenas humana ou linguística, mas, principalmente, de Comunicação, motivo pelo qual devemos nos ater às particularidades desse universo (MARQUES DE MELO & ASSIS, 2010).

Com base nas concepções de Luiz Beltrão, José Marques de Melo concebe uma classificação particular que divide o jornalismo em duas categorias: Informativo e Opinativo. Para Marques de Melo (2003), o gênero Opinativo se expressa de oito diferentes formas a partir da intencionalidade dos textos jornalísticos, sendo elas: editoriais, comentários, resenhas, colunas, artigos, caricaturas, cartas e crônicas.

Ainda de acordo com José Marques de Melo (2003), o gênero Opinativo é expresso a partir de quatro diferentes grupos de opinião: a empresa, que manifesta sua orientação no editorial; o jornalista, que apresenta sua opinião enquanto profissional pertencente aos quadros

da empresa nas resenhas, colunas, crônicas, caricaturas, comentários e eventualmente artigos; O colaborador, que expressa a opinião através de personalidades representativas da sociedade civil; e o leitor, que encontra na carta sua expressão permanente (MELO, 2003, p.102).

De forma geral, o gênero jornalístico Opinativo se define a partir do juízo de valor particular, do jornalista, do veículo, do colaborador ou do próprio leitor, expressos na manifestação jornalística sobre determinada temática ou acontecimento.

Nas palavras de Luiz Beltrão, a notícia é definida pela "[...] narração dos últimos fatos ocorridos ou com possibilidade de ocorrer, em qualquer campo de atividade e que, no julgamento do jornalista, interessam ou têm importância para o público a que se dirigem" (BELTRÃO, 1969, p. 82).

Já a opinião "[...] se trata da função psicológica, pela qual o ser humano, informado de ideias, fatos ou situações conflitantes, exprime a respeito seu juízo" (BELTRÃO, 1980, p. 14).

A diferenciação entre jornalismo Informativo e Opinativo não é, porém, decisiva uma vez que os gêneros admitem elementos comuns entre si, especialmente em um contexto de profundas mudanças na produção jornalística. Destaca Marques de Melo:

> admitir a convivência de categorias que correspondem a modalidades de relatos dos fatos e das ideias no espaço jornalístico não significa absolutamente desconhecer que o jornalismo continua a ser um processo social dotado de profundas implicações políticas, onde a expressão ideológica assume caráter determinante. (MELO, 2003, p. 25).

É neste contexto que se relacionam os conceitos de liberdade de imprensa e de liberdade de expressão, adventos fundamentais da democracia, com o papel desempenhado pelo jornalismo na mediação do debate público e expressão dos discursos produzidos em diferentes plataformas de mídia.

A expressão da opinião no fazer jornalístico é marcada pelo posicionamento do profissional ou veículo de comunicação, inserido no contexto particular de um fato determinado. Assim, uma característica marcante deste gênero é a explicitação da identidade do autor, de modo a ressaltar a relevância dos pareceres emitidos, como se observa em especial, nos editoriais, comentários e artigos de opinião.

Isto posto, a expressão opinativa pode ser compreendida dentro da liberdade de expressão dos jornais como consta na Constituição Brasileira, sendo uma das garantias fundamentais protegidas pela legislação nacional, devendo ser utilizada à luz das responsabilidades éticas e sempre baseada em informações verdadeiras e factuais. Ressalta-se

que a realização de um jornalismo opinativo sem a observância das responsabilidades e limites legais pode causar prejuízos indevidos ao alvo da publicação, que pode exigir direito de resposta além da reparação de eventuais danos que venha a sofrer. (BRASIL, 1988).

O texto opinativo, portanto, é entendido como forma democrática de realizar debates públicos sobre os principais problemas da sociedade, através da construção e da emissão de uma opinião. No caso do formato artigo, Araújo (2005) apresenta que esse é aquele modelo em que uma opinião é realizada diretamente sobre uma temática específica, contemplando o juízo de valor do articulista sobre esse tema. Já no caso da coluna, semelhante ao artigo, Barriga (2022) define como uma expressão opinativa em que o autor promove a discussão sobre problemáticas a serem exploradas para, na sequência, expor suas opiniões e ideias sobre a temática.

Neste recorte, a distinção primordial entre as expressões que diferencia esses dois tipos de texto é a frequência em que são emitidos. Na coluna, o autor possui um espaço específico que realiza a emissão de sua opinião de maneira frequente, geralmente de forma semanal ou mensal (ALMEIDA, 2011).

Diferentemente do artigo e da coluna, Garrido (2011) destaca que o editorial já contempla a opinião emitida pelo veículo de comunicação, sendo específico para a emissão de um parecer dos gestores desta organização sobre um tema definido. No modelo de texto opinativo editorial, não há a menção de autoria realizada de forma individual, mas sim a manifestação do veículo de comunicação como um todo, em que este se apresenta como autor desse texto (FILHO, 2008).

Outra forma de manifestação de uma opinião por parte do autor, segundo Mielniczuk (2012), é a resenha, em que este faz a avaliação de uma determinada obra, vídeo ou qualquer outra publicação pré-existente.

Já no caso da carta do leitor, Santo (2012) define como gênero opinativo mais genérico, uma vez que o público emite sua opinião particular, de determinado autor, que vai ser encaminhado ao veículo de comunicação para posterior reprodução da mensagem.

Ainda, outra forma de emissão de opinião é a crônica, que manifesta uma posição sobre fatos contemporâneos expostos através de uma junção de informações com as opiniões do autor. Esse tipo de texto opinativo, de acordo com Gomes (2017), pode ser assemelhado à narrativa de uma história, aproximando a crônica à estrutura de uma literatura, o que gera a denominação de jornalismo literário a esse tipo de texto. Adicionalmente, é percebida uma ordem cronológica na confecção da crônica, como se fosse uma história seguindo uma cronologia de eventos que ocorrem com o passar do tempo (MELO, 2007).

Por último, há o formato do comentário, comumente exemplificado pelos comentaristas esportivos. Neste modelo, o especialista sobre um tema compartilha seu juízo de valor sobre determinado evento, podendo também ser realizado sobre fatos científicos ou obras artísticas.

A partir das concepções dos diferentes formatos de expressão do jornalismo opinativo, o gênero se expressa a partir da execução do trabalho jornalístico de maneira parcial, carregada das concepções pessoais e subjetivas quanto à posição de seu autor sobre o determinado assunto que constitui o objetivo de análise (MELO, 2016). É dentro desta classificação de comentário, do gênero jornalístico Opinativo, que se insere as asserções do jornalista Augusto Nunes, na emissora Jovem Pan, e que serão analisadas neste trabalho. Cabe, ainda, contextualizar a própria produção metodológica jornalística e a atuação do profissional em relação aos conceitos de objetividade, subjetividade e as particularidades da cobertura política.

Um dos conceitos mais antigos e amplamente discutido no âmbito do jornalismo é a objetividade. Esta característica está relacionada à ideia de que os fatos são construídos de maneira complexa, de forma que não podem ser admitidos como expressão absoluta da realidade e devem passar por um método que assegure algum rigor científico em sua divulgação (PENA, 2005).

Para o jornalista, escritor e professor Felipe Pena, (2005, p. 50), "a objetividade é definida em oposição à subjetividade, o que é um grande erro, pois ela surge não para negá-la, mas sim por reconhecer sua inevitabilidade".

Frente à percepção de que os fatos são subjetivos, construídos a partir da mediação de um indivíduo dotado de preconceitos, ideologias, carências e interesses pessoais ou organizacionais, a objetividade surge como metodologia de trabalho para amenizar estas influências no relato dos acontecimentos, uma vez que estes fatores não deixarão de existir. Desta forma, o método da produção jornalística é que deve ser objetivo, e não o profissional jornalista (PENA, 2005).

> A sociedade confunde a objetividade do método com a do profissional, e este jamais deixará de ser subjetivo. E também confunde o texto com discurso, o que fica claro na separação dogmática entre opinião e informação. [...] Mas o que se observa no jornalismo atual é uma simbiose, não uma separação. A notícia nunca esteve tão carregada de opiniões. E um dos motivos é justamente atender ao critério da objetividade que obriga o jornalista a ouvir sempre os dois lados da história. (PENA, 2005, p. 51).

Adicionalmente, cabe destacar as mudanças contextuais pelas quais os veículos de comunicação tradicionais passaram nas últimas décadas. Por um lado, "os custos de apuração, produção e disseminação da informação cresceram extraordinariamente", exigindo maiores

investimentos estruturais e um maior efetivo de profissionais dos diferentes setores inerentes à produção jornalística de cada meio específico. Desta mudança, Franklin Martins destaca o acelerado processo de concentração dos meios de comunicação no Brasil, onde sobreviveram os jornais que conseguiram manter a tiragem em escala relativamente alta (MARTINS, 2005, p. 18).

> os jornais, na tentativa de conquistar e manter escalas de tiragens economicamente viáveis, foram obrigados a se voltar para um universo cada vez mais amplo. Em vez de cativar o leitor partidarizado, como no passado, a estratégia passou a ser atrair um público plural, composto por leitores com as mais variadas simpatias políticas e as mais diferentes visões de mundo. (MARTINS, 2005, p. 19).

É neste contexto que o jornalismo de opinião e a imprensa partidária segmentada "vêm se deslocando progressivamente do terreno dos jornais diários, em que os custos de produção são altíssimos, para o das publicações de periodicidade mais longa, como semanários, quinzenários e revistas" (MARTINS, 2005, p. 20).

No meio digital eletrônico, observa Martins, por seu baixo custo de produção, facilidade de interação e distribuição instantânea, tornou-se o espaço propício ao desenvolvimento da imprensa de opinião. Na produção jornalística, porém, apenas a comunicação de um fato — a notícia — não basta. É preciso qualificar a informação, relacionando-a com outros acontecimentos de forma a explicar suas causas e considerar suas consequências particulares, interpretando o ocorrido em todas as suas facetas (2005, p. 20 - 21).

Destaca-se, ainda, a missão primordial do jornalismo de "informar a sociedade para que ela, bem informada, possa tomar suas próprias decisões da melhor maneira possível", como afirma Franklin Martins (2005, p. 34).

Desta forma, se estabelece uma espécie de contrato informal onde o jornalista assume o dever de apurar e de divulgar as informações e/ou opiniões, enquanto a sociedade recebe estas produções sob o alicerce da liberdade de imprensa, sempre tendo no horizonte a finalidade de contribuir com a informação pública. Nas palavras de Franklin Martins, "no fundo, o direito do jornalista à liberdade de imprensa é apenas um reflexo do direito de a sociedade ser bem informada. Essa é a questão básica que norteia a relação do jornalista com a sociedade" (MARTINS, 2005, p. 34).

Dentro desta concepção, o compromisso do jornalista invariavelmente deve se dar com a sociedade e não com a opinião pública, definida como a opinião predominante em diferentes segmentos ou na sociedade de forma geral.

No atual contexto, considerando a ascensão das redes digitais, é também fundamental a distinção entre jornalista, como profissional da comunicação, e a notícia, uma vez que estes não devem ser confundidos. O ambiente digital, por suas próprias características constitutivas, é propício à personificação do profissional de forma que pode se sobrepor ou prevalecer sobre sua produção jornalística, gerando distorções em sua missão primordial de manter a sociedade bem informada.

Sobre o jornalismo político, em específico, é indispensável a compreensão dos interesses que se materializam por trás dos discursos, uma vez que todo político, como sujeito, defende seus próprios interesses, sejam eles legítimos ou não.

Destaca Franklin Martins:

> Raramente o discurso de um político coincide exatamente com os interesses que ele defende. O discurso sempre é mais amplo, mais abrangente e mais plural do que os interesses em jogo, sempre busca a solidariedade de um público bem maior do que aquele que se beneficiará com a proposta. (MARTINS, 2005, p. 63).

Portanto, generalizando, o discurso político tem sempre a intenção de tirar o foco de algo incômodo ao mesmo tempo que lança luz sobre aspectos favoráveis para seus interlocutores. Desta concepção, o jornalismo político declaratório adquire menor importância frente às outras informações de uma matéria produzida e jamais devem substituir a apuração dos fatos por parte do jornalista profissional.

Martins ainda destaca a posição da opinião própria do jornalista, na cobertura política. É fundamental que o profissional mantenha uma opinião bem embasada sobre os assuntos que cobre, de forma que isso permita um maior rigor na apuração das informações a serem divulgadas.

Destaca-se que:

> Ter opinião não significa ser parcial ou escrever sem objetividade. Significa formar o próprio juízo sobre os fatos, entender sua importância (ou falta de importância) para a sociedade, avaliar seu impacto sobre a vida das pessoas, perceber os interesses que estão em jogo e esforçar-se para informar sobre a essência dos conflitos, e não sobre sua aparência. (MARTINS, 2005, p. 76).

Desta forma, o risco da parcialidade do jornalista seria amenizado por uma autocrítica do profissional da comunicação, uma vez que uma cobertura feita por um repórter que não compreende os aspectos fundamentais daquele assunto, tende a se materializar de forma superficial e medíocre. Em termos absolutos, a isenção é inalcançável, mas nem por isso o jornalista deve deixar de buscar essa característica em sua produção (MARTINS, 2005).

Ainda sobre a cobertura política, é fundamental o conhecimento histórico das particularidades nacionais e dos acontecimentos mais relevantes para a formatação política atual. A compreensão da história política recente do Brasil, passando pela Constituinte, governos militares e o processo de redemocratização são indispensáveis para a contextualização da produção jornalística.

Por último, outro aspecto importante para a produção jornalística política é a própria relação com a internet. Se por um lado os recursos da informática permitem o tratamento rápido de grandes quantidades de informações, por outro lado é um ambiente de irresponsabilidade notável, permitindo a proliferação da desinformação e a viralização de mentiras e conspirações.

No próximo capítulo, serão apresentados os pressupostos teóricos da Análise do Discurso de Michel Pêuchex, e as contribuições da linguista Eni Orlandi, que embasam a investigação do corpus da pesquisa.

2. Análise de Discurso

Para investigação da construção dos sentidos produzida no âmbito do jornalismo opinativo, serão utilizadas as ferramentas da Análise do Discurso de linha francesa, do filósofo Michel Pêcheux (1997), considerando os conceitos de língua, história, sujeito e o contexto das asserções jornalísticas, com o objetivo de investigar as particularidades linguísticas e narrativas responsáveis pela significação dos discursos. Na concepção da linguista Eni Orlandi, é fundamental o entendimento da linguagem através de seu objetivo particular, a língua, de forma que permita a demonstração da relação entre a linguagem e os sentidos produzidos ao mesmo tempo em que se considera o legado do materialismo histórico (ORLANDI, 2005).

> conjugando a língua com a história na produção de sentidos, esses estudos do discurso trabalham o que vai-se chamar a forma material (não abstrata como a da Linguística) que é a forma encarnada na história para produzir sentidos: esta forma é portanto linguístico-histórica. (ORLANDI, 2005, p.19).

A própria noção de discurso, diferentemente do esquema tradicional da comunicação onde os elementos do discurso emissor, receptor, código, referente e mensagem estão dispostos de forma linear, para a Análise de Discurso “a língua não é só um código entre outros, não há essa separação entre emissor e receptor, nem tampouco eles atuam numa sequência” (ORLANDI, 2005).

Quanto à organização do discurso para a produção de sentidos, ressalta-se:

> para a análise de discurso, o que interessa não é a organização linguística do texto, mas como o texto organiza a relação da língua com a história no trabalho significante do sujeito em sua relação com o mundo. É dessa natureza sua unidade: linguístico-histórica. (ORLANDI, 2005, p.69).

Assim, Orlandi (2005) compreende o processo de significação de forma concomitante entre as partes, ao mesmo tempo que não se trata de uma mera transmissão de informação uma vez que "no funcionamento da língua, que põe em relação a sujeitos e a sentidos afetados pela língua e pela história, configura-se um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos".

Desta forma, define Orlandi:

> A linguagem serve para comunicar e para não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores. (ORLANDI, 2005, p.21).

Complementa-se à definição:

> nem o discurso é visto como uma liberdade em ato, totalmente sem condicionantes linguísticos ou determinações históricas, nem a língua como totalmente fechada em si mesma, sem falhas ou equívocos. As sistematicidades linguísticas — que nessa perspectiva não afastam o semântico como se fosse externo — são as condições materiais de base sobre as quais se desenvolvem os processos discursivos. A língua é assim condição de possibilidade do discurso (ORLANDI, 2005, p.22).

Neste contexto, no recorte teórico da Análise de Discurso, o discurso não se limita a uma liberdade desprovida de condicionantes linguísticos ou determinações históricas. Ainda, a língua não se apresenta como totalmente fechada em si mesma, livre de falhas ou equívocos, de forma que a estruturação linguística é a condição material sobre a qual os processos discursivos se estabelecem (ORLANDI, 2005).

Importante relacionar também a noção de ideologia, dentro das considerações acerca da linguagem. Na Análise de Discurso, segundo Orlandi, há uma "definição discursiva de

ideologia", uma vez que a interpretação confere o sentido aos fatos. A partir desta contextualização, conclui-se que não existe o sentido sem o componente interpretativo atestando, portanto, a presença da ideologia (ORLANDI, 2005, p. 45). A ideologia no contexto discursivo assume a função de produzir evidências, relacionando o homem às condições materiais de sua própria existência. Assim, a noção de ideologia "é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos" (ORLANDI, 2005).

Sintetiza Eni Orlandi:

> O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer. Partindo da afirmação de que a ideologia e o inconsciente são estruturas-funcionamentos, M. Pêcheux diz que sua característica comum é a de dissimular sua existência no interior de seu próprio funcionamento, produzindo um tecido de evidências "subjetivas", entendendo-se "subjetivas" não como "que afetam o sujeito" mas, mais fortemente, como "nas quais se constitui o sujeito". Daí a necessidade de uma teoria materialista do discurso — uma teoria não subjetivista da subjetividade — em que se possa trabalhar esse efeito de evidência dos sujeitos e também dos sentidos. (ORLANDI, 2005, p.46).

Sobre a relação entre sujeito, história e língua na construção de sentidos, continua Orlandi:

> O sentido é assim uma relação determinada do sujeito - afetado pela língua - com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados (ORLANDI, 2005, p.47).

Destas considerações, pode-se extrair a definição de ideologia como uma visão de mundo, em vez de um conjunto de representações, que se estabelece na construção significante como um efeito da relação entre sujeito, língua e história. Neste recorte, “o efeito ideológico elementar é a constituição do sujeito. Pela interpelação ideológica do indivíduo em sujeito inaugura-se a discursividade” (ORLANDI, 2005).

Toda produção discursiva é marcada pela ideologia que se materializa na língua e nas palavras dos sujeitos, de forma que “o discurso é o lugar de trabalho da língua e da ideologia” (ORLANDI, 2005, p. 38).

Ainda sobre a relação da ideologia na produção de sentidos, destaca Orlandi:

> podemos dizer que o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas "tiram" seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. (ORLANDI, 2005, p.42 - 43).

A Análise de Discurso, portanto, se estabelece como dispositivo de análise, que permite a problematização das diferentes manifestações da linguagem a partir de uma perspectiva discursiva materialista, centrada especialmente sobre as condições de produção dos discursos e quanto aos efeitos de sentidos produzidos.

Expõe Pêcheux, sobre sua posição em relação à Análise de Discurso:

> não supõe de forma alguma a possibilidade de algum cálculo dos deslocamentos de filiação e das condições de felicidade ou de infelicidade evenemenciais. Ela supõe somente que, através das descrições regulares de montagens discursivas, se possa detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados. (PÊCHEUX, 2012, p. 57).

Portanto, para a Análise do Discurso, a linguagem é a materialização da ideologia, que por sua vez, se manifesta através da língua. Assim, "a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua" (ORLANDI, 2005, p. 17).

Desta forma, a Análise de Discurso é a ferramenta que permite, através das considerações históricas e ideológicas do discurso, a identificação dos sentidos produzidos pelos sujeitos atravessados pela ideologia. Neste contexto, a língua é o objeto histórico desconstruído pela análise, que fornece diferentes possibilidades de descrição e de interpretação, além de estarem relacionados a discursos anteriores.

Considera-se ainda que a produção dos sentidos no discurso está necessariamente relacionada à constituição do próprio sujeito, que ocupa diferentes posições conforme produz o discurso, mesmo que não seja o centro da análise em particular. A ideologia, neste contexto, é o mecanismo imaginário relativo às posições sociais ocupadas pelo sujeito que produz os sentidos a partir da materialidade discursiva.

> "Não atravessamos o texto para extrair, atrás dele, um conteúdo. Paramos em sua materialidade discursiva para compreender como os sentidos – e os sujeitos – nele se constituem e a seus interlocutores, como efeitos de sentidos filiados a redes de significação. É a isso que referimos quando dizemos que na Análise Linguística e na Análise de Conteúdo se trabalha com produtos e na Análise de Discurso com processos de constituição (dos sujeitos e dos sentidos)". (ORLANDI, 2005, p.89)

É ainda fundamental a compreensão da relação de sentidos, em que os significados produzidos pelos discursos estão necessariamente relacionados com outros dizeres, anteriores ou mesmo futuros. Sobre esta concepção, diz Orlandi:

Vai neste sentido a colocação de Orlandi:

> não há discurso que não se relacione com outros. Em outras palavras, os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros. Todo discurso é visto como um estado de processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. (ORLANDI, 2005, p.39).

Desta perspectiva surge o conceito de formação imaginária. De acordo com Orlandi, por meio de um mecanismo de antecipação, todo sujeito é dotado da capacidade de colocar-se no lugar de seu interlocutor, na posição de ouvinte de suas próprias pressuposições, de forma que é possível antecipar o sentido que suas palavras produzem aos ouvintes.

Isto posto, em uma sociedade fundamentalmente constituída por relações hierarquizadas, torna-se fundamental a compreensão de que a posição do sujeito que produz o discurso, é constitutiva daquilo que ele diz, uma vez que sua posição interfere diretamente no processo de construção de sentidos para seus interlocutores.

> todos esses mecanismos de funcionamento do discurso repousam no que chamamos de formações imaginárias. Assim não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções. São essas projeções que permitem passar das situações empíricas - os lugares dos sujeitos - para as posições dos sujeitos no discurso. Essa é a distinção entre lugar e posição. (ORLANDI, 2005, p.40).

No contexto do estudo de caso, as asserções do jornalista Augusto Nunes, no programa “Os Pingos nos Is”, são fundamentalmente opiniões políticas ou de temáticas intrinsecamente relacionadas, de forma que estão necessariamente sujeitas a concepções anteriores à produção daquele discurso. Este mecanismo imaginário é o responsável pela produção de imagens dos sujeitos e dos objetivos de discurso, inseridos dentro de uma determinada conjuntura sócio-histórica (ORLANDI, 2005).

Ainda em relação às proposições fundamentais da Análise de Discurso, considerando que o discurso é dotado de camadas de significados em diferentes profundidades, as condições de produção do discurso “compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso" (ORLANDI, 2005, p.30).

Desta forma, as condições de produção do discurso podem ser consideradas em um sentido estrito, em que compreendem as circunstâncias de determinada enunciação, e em um sentido mais amplo, que inclui o contexto socio-histórico e ideológico. Nesta concepção, a memória é pensada como interdiscurso, ou seja, "o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível” (ORLANDI, 2005).

Há, portanto, uma relação intrínseca entre o já-dito e o que se está dizendo, definida a partir da constituição de sentidos com sua formulação particular (Orlandi, 2005). Desta forma, o interdiscurso se define a partir do conjunto de formulações já produzidas e esquecidas, ou apagadas, para que em um momento particular possam constituir outros sentidos.

> a constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocarmos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos. (ORLANDI, 2005, p.33).

Ainda, os dizeres produzidos no âmbito do discurso não estão limitados a mensagens a serem decodificadas pelos interlocutores, mas constituem os efeitos de sentido produzidos sob condições particulares de produção.

3. Caso Jovem Pan

3.1. Programa Os Pingos Nos Is

Em 2022, a rádio Jovem Pan atingiu o que pode ser considerado o ápice de sua longa trajetória de 80 anos no mercado nacional de comunicação. A emissora fundada em 1942 assistiu a um crescimento exponencial em sua audiência, além de um aumento considerável nas verbas recebidas do governo federal durante o mandato do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022).

O programa Os Pingos nos Is obteve pontos significativos de audiência desde que foi criado pelo jornalista Reinaldo Azevedo em 2014. Em outubro daquele ano, o programa chegou a 87 mil ouvintes por minuto na Grande SP. Segundo dados da Kantar Ibope, de junho a agosto de 2022, o programa que passa em horário nobre da rádio, às 18h, superou os 180 mil ouvintes por minuto, equivalente a 38% a mais do que a segunda colocada BandNews FM totalizando, na capital paulista, 2,8 milhões de pessoas mensalmente.

No ano passado, o programa apresentado pelo jornalista Vitor Brown que elenca as notícias que serão comentadas pela bancada composta por Ana Paula Henkel, Guilherme Fiuza, José Maria Trindade e Augusto Nunes, passou a ser retransmitido no canal TV Jovem Pan News, canal de TV a cabo pago lançado no dia 27 de outubro de 2021, e no canal do YouTube da emissora. O canal do programa possui aproximadamente 5,3 milhões de inscritos, enquanto

o canal principal da emissora possui 6,6 milhões na plataforma digital de vídeos, como destaca a matéria "Como a Jovem Pan virou a voz do bolsonarismo", de setembro deste ano, do jornal Folha de São Paulo (SOPRANA, P., PASSOS, P., WIZIACK, J., 2022).

Notadamente, o programa se tornou o símbolo de uma suposta guinada na linha editorial da emissora presidida pelo empresário Antônio Augusto Amaral de Carvalho Filho, o "Tutinha", que assumiu a presidência do Grupo Jovem Pan no lugar de seu pai, Antônio Augusto Amaral de Carvalho, o "Tuta", em fevereiro de 2014.

Segundo a publicação "A Jovem Pan e o Golpe", de agosto deste ano da revista Piauí, no período entre o dia 1º de janeiro de 2019, quando Jair Bolsonaro assumiu a presidência do Brasil, e o dia 30 de junho de 2021, totalizando três anos e meio de mandato ou 42 meses, o programa Os Pingos Nos Is sextuplicou as visualizações no YouTube e triplicou o número de inscritos catalisado pelo sentimento antipetista e caracterizada pelo endosso às pautas e às atitudes do 38º presidente eleito. A pedido da revista Piauí, a consultoria de dados Novelo Data analisou os 1.080 episódios do programa no mesmo período, totalizando 1.994 horas de programação (COSTA, 2022).

De acordo com o levantamento, disponível na publicação "A radicalização da Jovem Pan: uma análise visual", o programa intensificou os ataques contra instituições como o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nesse período. Entre os temas abordados, temáticas consideradas desfavoráveis ao governo federal como Orçamento Secreto, Rachadinha e o ex-assessor do senador Flávio Bolsonaro, Fabricio Queiroz, foram consistentemente menos abordados em relação às temáticas consideradas favoráveis ao Executivo como Lava Jato, Supremo e o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, que dispararam na pauta do programa.

As críticas contra a Suprema Corte brasileira são um dos elementos mais marcantes da trajetória de Bolsonaro, que assumiu uma postura beligerante contra o STF e seus ministros de forma direta e personalista. Concomitantemente, o programa Os Pingos nos Is tornou-se um dos principais difusores das teses bolsonaristas, acumulando até o dia 30 de junho de 2021, quase 5 mil menções no programa em 486 episódios, um crescimento de aproximadamente 100% no período analisado pela Novelo Data (COSTA, 2022).

Ainda segundo o levantamento, o Os Pingos nos Is foi responsável pela difusão de discursos alinhados aos interesses do presidente Bolsonaro, como a publicação crescente de vídeos sobre o artigo 142 no YouTube, sendo cinco no mês de março, 16 em abril e nove em maio de 2022, reforçando a tese de que as Forças Armadas brasileiras seriam uma espécie de Poder Moderador.

Neste contexto, cabe avaliar também as estruturas de financiamento da emissora que viu suas receitas com verbas de publicidade e propagandas do governo federal triplicarem durante o mandato do presidente Jair Bolsonaro, como expõe a publicação "A propaganda é a alma da reeleição", da revista Piauí, de agosto deste ano (CHAVES, E., MAZZA, L., BUONO, R., 2022).

Segundo dados da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom), órgão do Ministério das Comunicações do Governo Federal, compilados pela revista, durante o último ano de governo do ex-presidente Michel Temer, a Rádio Jovem Pan recebeu R$ 840 mil da Secretaria, em valores corrigidos, para veiculação de propagandas do Executivo. Já em 2019, no primeiro ano de mandato de Bolsonaro, foram R$ 2 milhões destinados à emissora.

Em 2020, o valor repassado ao grupo Jovem Pan foi de R$ 1,5 milhões, e no ano passado, em 2021, o valor chegou a R$ 2,5 milhões, cerca de três vezes mais do que o último de Michel Temer à frente do Planalto. Ainda segundo a matéria da Piauí, na comparação entre os últimos mandatários do país desde 2010, o governo Jair Bolsonaro foi quem menos destinou recursos, em média, com publicidade nos anos eleitorais.

Entre janeiro e junho de 2022, o governo dispensou R$ 84,9 milhões com publicidade, enquanto no mesmo período de 2018, o governo Temer já havia liberado R$ 141,1 milhões em valores corrigidos. Nos governos Dilma, em 2014, e Lula, em 2010, os gastos foram respectivamente de R$ 141,6 milhões e R$ 207,3 milhões.

No mesmo período, de janeiro a junho de 2022, o governo registrou gasto de R$ 47,8 milhões com propagandas veiculadas na televisão, sendo a maior parte dos recursos destinados à TV Globo, que ficou com 25% do montante. A emissora, que é alvo frequente de ataques e críticas do presidente Bolsonaro, recebeu cerca de R$ 12 milhões, segundo os dados da Secom.

Com o início oficial das campanhas eleitorais para o pleito de 2022, com o primeiro turno das eleições no dia 2 de outubro e o segundo turno no dia 30 do mesmo mês, o programa foi alvo de uma série de ações movidas pelo Partido dos Trabalhadores junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Entre os dias 15 e 17 de outubro, o TSE determinou que o grupo Jovem Pan concedesse ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva o direito de resposta em três decisões em que o partido identificou declarações ofensivas e distorcidas por parte dos comentaristas da emissora dos programas Os Pingos nos Is e Morning Show. O Tribunal também determinou que a emissora se abstivesse de promover novas manifestações sobre os assuntos tratados nas representações.

Segundo publicação do Estadão do dia 28 de outubro, a Jovem Pan teria emitido uma ordem interna para que seus comentaristas se abstivessem de utilizar termos ofensivos contra o ex-presidente, a fim de evitar novas condenações.

Em editorial publicado no dia 19 de outubro, intitulado "Jovem Pan sob censura" a emissora classifica a ação do TSE como censuradora e antagônica com os princípios democráticos de liberdade de expressão e de imprensa.

Na esteira das decisões do Tribunal Superior Eleitoral, como detalha publicação da Folha de São Paulo do dia 25 de outubro, o apresentador e comentarista Augusto Nunes foi temporariamente afastado do programa "Os Pingos nos Is" após descumprir a decisão do Tribunal ao reiterar expressões consideradas ofensivas, como explica o jornalista em publicação em sua própria rede social.

O jornalista, porém, não retomou as suas atividades na emissora. Segundo publicação do portal UOL, no dia 31 de outubro, um dia após a eleição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e derrota do presidente Jair Bolsonaro, o profissional contratado em 2016 foi desligado do Grupo Jovem Pan, junto com outros nomes que integravam o quadro de comentaristas do grupo.

3.2. Construindo Sentidos: elementos discursivos e enunciativos

Para o estudo constitutivo dos discursos produzidos no âmbito do jornalismo opinativo, foram analisadas cinco edições do programa “Os Pingos nos Is” entre os dias 18 e 22 de julho de 2022. O intervalo foi escolhido de modo aleatório, uma vez que não se pretende fazer recortes temporais ou de assuntos e temáticas específicas da cobertura jornalística, e sim avaliar os elementos discursivos e a influência ideológica na construção de sentidos por parte do jornalista no papel de comentarista.

Para organização do corpus constituído, foi elaborada uma tabela contendo dados essenciais dos programas selecionados (título e data de publicação) com a identificação numérica a fim de facilitar as citações feitas ao longo da análise, a partir da metodologia estabelecida (ver capítulo 3), para posterior avaliação dos elementos discursivos e enunciativos constantes nos comentários do articulista Augusto Nunes, no programa Os Pingos nos Is.

Tabela 1 - Programas selecionados para a análise de corpus

Programas		
Número	**Título**	**Data**
01	BOLSONARO REÚNE EMBAIXADORES/ FACHIN IRRITADO/ MORAES BLINDA PT	18/07/2022
02	PLANO CONTRA BOLSONARO/ ESQUERDA VAI AO STF/ A AMEAÇA DE JEAN WYLLYS	19/07/2022
03	PT E PDT QUEREM CENSURA/ GILMAR DEBOCHA DE BIA/ TABATA SABOTADORA	20/07/2022
04	PT LANÇA LULA SEM LULA/ EXÉRCITO REBATE GLOBO/ RENAN PASSA VERGONHA	21/07/2022
05	PETISTA AMEAÇA BOLSONARO/ INGRATIDÃO DE DILMA/ MORAES PRENDE MAIS UM	22/07/2022

Fonte: Elaborado pelo autor

A análise tem como eixo central a apresentação dos elementos discursivos e enunciativos mais significativos na construção de sentidos do conteúdo selecionado e característicos da influência ideológica presentes nos enunciados. A análise também está concentrada exclusivamente nas asserções do jornalista Augusto Nunes, como forma de homogeneizar o objeto de avaliação.

Entre os elementos discursivos, estão destacadas as escolhas lexicais na forma da utilização extensiva de adjetivações e locuções adjetivas. A escolha e uso dos adjetivos, que expressam de forma objetiva o juízo de valor no âmbito do gênero jornalístico opinativo, tem por finalidade evidenciar preferências ideológicas uma vez que, frequentemente, fazem referências históricas que condicionam o entendimento dos interlocutores aos componentes interpretativos daquele discurso, produzindo as evidências contidas no próprio enunciado.

Como exposto anteriormente, o papel da ideologia no contexto discursivo está relacionada à produção de evidências subjetivas que atravessam os sentidos (ORLANDI, 2005), revelando o posicionamento do comentarista a partir dos acontecimentos narrados. De forma geral, o que predomina no discurso opinativo do comentarista Augusto Nunes, seguindo a tônica de todo o programa, é a adjetivação depreciativa recorrente daqueles considerados

opositores políticos ao Governo Federal. De forma mais contida, as ações do Executivo, por outro lado, são classificadas de forma positiva em praticamente todas as ocasiões.

Em 01, referindo-se ao encontro com embaixadores promovido pelo presidente Jair Bolsonaro, o jornalista defende o acontecimento em oposição às críticas feitas pelos ministros do STF, alvo prioritário das opiniões como em "O presidente Bolsonaro fez muito bem em ter essa conversa e deve ter as conversas que quiser. É hora de dar um basta no exagero de declarações, para ser gentil, do Supremo Tribunal Federal", demonstrando sua concordância em relação ao presidente e discordância com a posição dos ministros.

Os ministros da Suprema Corte são recorrentemente diminuídos com ofensas nominais. Sobre o ministro Edson Fachin, em 01, o jornalista é taxativo. "Isso aqui só mostra que há vagas para idiotas no Supremo Tribunal Federal também. Ele pensa que os idiotas somos nós". A adjetivação, ainda, é constantemente alternada com acusações das mais variadas, como se expressa em:

> Ele preparou com a dissimulação de vigarista, a maior chicana ocorrida na história do judiciário, que foi a criação da Lei do CEP, do código de endereçamento postal, que ele invocou para dizer que não valia nada do que fora julgado em Curitiba porque deveria ter sido julgado em Brasília, ele acha que somos idiotas. Eu me surpreendi, no dia em que eu ouvi essa barbaridade, agora está tudo muito claro, ele preparou dissimuladamente a libertação do Lula, ele é um eleitor e um militante do PT, disfarçado de presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

A utilização de termos como "vigarista", "dissimuladamente" e "barbaridade" é fundamental para complementação na forma da conclusão de que o ministro Edson Fachin, à época presidente do Tribunal Superior Eleitoral, seria na realidade um "eleitor" e "militante" do Partido dos Trabalhadores "disfarçado de presidente". As ofensas são, portanto, uma preparação para a diminuição da figura do magistrado que estaria agindo guiado por suas convicções políticas particulares, como sugere o comentarista.

Nenhum dos ministros é poupado de acusações. Em 01, referindo-se desta vez ao ministro Luís Roberto Barroso, o jornalista utiliza do mesmo expediente. "É outro que parece achar que o brasileiro, o povo brasileiro, é formado por um bando de idiotas". Há uma suposição de que o jurista, alvo das críticas, é um opositor não apenas do Governo, nem do jornalista, mas de todo "povo brasileiro" que ele consideraria "idiotas".

Fica evidente que as críticas não se limitam aos questionamentos quanto à inteligência ou as motivações dos membros do STF. Estes, são acusados frequentemente de serem também mentirosos e corporativistas como está explícito em:

> Durante dez anos, o Barroso disse que o criminoso italiano, o Battisti, era inocente. Esses vídeos continuam na internet, o que, segundo Alexandre de Moraes, configura flagrante perpétuo. Isso é uma mentira, segundo o próprio Battisti, que ao chegar à Itália já disse que tinha participado dos quatro homicídios que lhe custaram a prisão perpétua.

Em 02, os ministros são acusados coletivamente de serem "inúteis" e perpetradores de atitudes "malucas" além de “não trabalharem”, como visto no enxerto:

> Existem cerca de mil processos em cada gabinete de ministro e eles não julgam, eles não trabalham, está tudo parado, (...) eles ficam o tempo todo dando ultimatos, exigindo bobagens do presidente da República, então também vou começar a fazer consultas aos ministros para ver se eles fazem alguma coisa útil, ou que esclareça as maluquices que eles andam fazendo.

A colocação está em consonância com exposições públicas do presidente Jair Bolsonaro, que ao longo de seu mandato demonstrou, por diversas vezes, o sentimento de desprezo com o ofício e os métodos dos magistrados.

Os opositores do Executivo, com frequência, são tratados também de forma coletiva e sempre de forma depreciativa, como em 02 ao se referir ao Partido dos Trabalhadores, na colocação “não existe como partido nem como um conjunto de ideias, eles têm essas ideias malucas que hora copiam o que há de pior na Venezuela, o que há de pior em Cuba, o que há de pior no mundo”.

Ainda em 02 e sobre o PT, expõe o comentarista:

> eles não sabem ainda que estão enfrentando um enorme contingente de brasileiros que defendem ideias, nós defendemos ideias, e não sabem que se acontecesse a desastrosa hipótese, que se consumasse a desastrosa hipótese da vitória do PT, eles enfrentam pela primeira vez uma oposição muito mais aguerrida e muito mais encorpada e sólida do que a oposição que eles sempre representaram.

Novamente, o comentarista parte da posição de que seus opositores se opõem ao povo brasileiro de forma geral, grupo do qual ele faz parte, e caracteriza uma “vitória do PT” como “hipótese desastrosa”.

Sobram também colocações de que o Supremo Tribunal Federal agiria de forma ilegítima, a ponto de serem classificados como “antidemocráticos”, como em 03:

> O povo, boa parte da população, resolve se manifestar contra esse sistema eleitoral, simplesmente eles vão dizer que não gostam disso e preferiam vê-lo modernizado. A polícia ia dissolver a manifestação? Ela é antidemocrática? Antidemocrático é um Supremo, que não foi montado para isso, continuar deliberando sobre tudo. Eles não têm esse poder, a Constituição não concede ao Supremo este poder.

Em 03, os adjetivos utilizados para se referir à Corte, como “menosprezada”, “detestada” e “hostilizada”, são formas de legitimar a unidade entre o comentarista e o povo brasileiro, onde aquele estaria expressando a opinião da população em relação aos ministros, em “O Supremo, hoje, é uma Instituição menosprezada ou detestada ou hostilizada por boa parte do país”.

Ainda sobre a utilização dos adjetivos depreciativos, estes são direcionados a todos indivíduos pertencentes ao PT. Ao comentar, em 03, as ações do senador Jean Paul Prates, integrante do partido, define o jornalista “por ser comparsa de um ladrão, ele está qualificado para liderar a bancada das bestas quadradas que vai crescendo no Senado”.

Entram na mira do comentarista os próprios colegas de profissão que, por ventura, discordam de suas colocações ou que concordam com a atuação do STF. Ainda em 03, Augusto Nunes declara:

> Dou 72 horas para que os ministros do Supremo façam um exame para ingresso na magistratura paulista. Todos serão reprovados. Eles estão instituindo, aos poucos, a censura com o aval dos partidos políticos e com o aval obsceno, abjeto dos jornalistas.

Mais uma vez, os integrantes da Suprema Corte são colocados em posição de mediocridade, ao se afirmar que todos eles seriam “reprovados” no exame da magistratura paulista, enquanto outros jornalistas teriam dado a permissão de forma “obscena” e “abjeta” à censura promovida pelos ministros.

Em 03, outro integrante do STF, o ministro Gilmar Mendes é apresentado como um "ignorante" e "incapaz de raciocinar logicamente", por ter defendido a legitimidade das urnas eletrônicas uma vez que estas elegeram o presidente Bolsonaro em 2018. Diz o jornalista “é impressionante a ignorância histórica e a incapacidade de raciocinar logicamente dessa turma, esse é o decano do Supremo”.

Já em 04, novamente referindo-se ao ministro Edson Fachin que é apresentado como alguém que desmerece a polícia e adepto de “teorias estúpidas”. Na lógica interna do argumento, o ministro estaria ofendendo “milhões de brasileiros”, como fica evidente no trecho:

> Ele proíbe que a polícia faça qualquer tipo de repressão porque para ele a polícia é o bandido e o bandido é a vítima. Ele entra naquela teoria estúpida de achar o seguinte, a origem da criminalidade é que a criança, pobre, sofre muito em casa e cai no crime. É uma ofensa gravíssima, essa teoria imbecil, aos milhões de brasileiros que trabalham o dia inteiro, acordam cedo e chegam tarde, trabalham e são honestos.

Outra adjetivação que expressa a concordância ideológica do discurso opinativo do comentarista é a defesa do Exército em contraposição aos chamados "analistas de botequim" em "O Exército não é formado, como sempre presumem esses analistas de botequim, não é formado por amebas, por idiotas". O discurso leva o interlocutor a compreender que os críticos presumem uma ignorância por parte dos indivíduos integrantes das Forças Armadas brasileiras.

Em outro momento de 04, os ministros são acusados de seguirem uma "Constituição informal" e, portanto, merecem o "lixo" e a "desconfiança". Diz o jornalista:

> O presidente da República conversa com quem quiser, porque essa proibição só existe na Constituição informal do Supremo Tribunal Federal que merece o lixo, o lixo, que não tem valor legal nenhum. Então não tem que dar a menor confiança para isso aí.

No trecho, os ministros de forma geral agem de forma ilegal, enquanto o presidente é quem estaria em concordância com a "Constituição legal" digna de confiança. Em 05, o argumento é reforçado de forma personalística na figura do ministro Alexandre de Moraes, como dito em "o essencial disso aí é que é ilegal o que está fazendo Alexandre de Moraes, é mais uma ilegalidade". Moraes seria perpetrador de várias ilegalidades, não apenas uma.

Em outro momento de 05, a ex-presidente Dilma Rousseff é comparada a uma "virgem" enquanto seu partido seria um "puteiro" composto exclusivamente por "criminosos", ao comentar um episódio onde Rousseff troca acusações com o ex-presidente Michel Temer, como expresso no trecho:

> A Dilma é uma grosseira, é uma mulher ranzinza, está sempre bravinha. Vamos lá. Não é possível achar alguém honestíssimo no PT por um motivo muito simples, ninguém honestíssimo vive cercado de criminosos. Então é o caso da virgem do puteiro, para usar as palavras exatas, para pôr os pingos nos is, existe uma virgem no puteiro do PT. Todo mundo ali tá metido em crime, mas tem uma senhora que não, que foi injustamente vítima de um golpe.

A ex-presidente, classificada com os termos "ranzinza" e "bravinha" é acusada de estar "cercada de criminosos", colocando em dúvida sua honestidade e discordando da tese de que ela teria sido vítima de um golpe institucional que culminou em seu impeachment.

Outro elemento frequente no discurso opinativo de Augusto Nunes no programa Os Pingos nos Is são as pressuposições sistemáticas em que o jornalista, com frequência, parte de ideias preconcebidas e necessariamente assumidas como fatos. Trata-se de uma clara estratégia narrativa por parte do enunciador, em que as questões são tratadas de forma inquestionável, deixando subentendido a realidade factual sob as quais a opinião está estruturada.

Em 01, novamente se referindo ao STF, o jornalista coloca em dúvida a autoridade dos juristas em agir contra os outros poderes, assumindo como expressão dessa legitimidade o recebimento de votos em eleições. Diz o comentarista:

> Quem devia parar de falar são os ministros do Supremo, eles não têm nenhuma autoridade para dar palpites nesses campos onde eles vêm pisando, literalmente, porque não foram eleitos para isso não tiveram um voto e se metem em atribuições de poderes cujos ocupantes, esses sim, foram eleitos.

Ainda sobre o ministro Fachin, o jornalista destaca novamente o fato da posição não estar legitimada por não se tratar de um cargo eletivo, em "qual a representatividade dele para falar sobre eleições? Nenhuma, porque ele nunca teve um único voto e não se elegeria síndico do prédio onde mora, certamente". Ou seja, a atuação dos ministros do STF que contraria os atos do presidente Bolsonaro seria injustificada, uma vez que os primeiros não estão munidos dos votos que o segundo possui.

Cabe também destacar a composição organizacional do programa a partir da utilização da retranca e das chamadas das matérias dispostas na tela enquanto o jornalista comenta as notícias. Para a chamada "Bolsonaro reúne embaixadores e cobra transparência eleitoral", em 01, ainda que a cobrança de maior transparência seja uma conclusão válida do fato, a retranca, recurso utilizado para definir a temática da matéria, é "Verdade ao mundo", ou seja, o conteúdo das falas do presidente é assumido como "verdadeiro", em oposição a colocações críticas da atitude do mandatário.

Figura 1: Programa dia 18 de julho de 2022

Fonte: YouTube (Canal: Os Pingo nos Is)

Como constata Orlandi (2005), a materialidade discursiva constitui os efeitos de sentido a partir de redes de significação necessariamente relacionados com dizeres anteriores. Desta forma, as pressuposições fazem parte de um processo amplo no qual os interlocutores recebem os dizeres de forma a internalizar as pré-concepções contidas no discurso.

Seguindo a estratégia da pressuposição como forma de constituir os sentidos, em 02, o jornalista formula uma pergunta na qual já estão contidas as noções de que o ministro Edson Fachin seria um eleitor de Dilma Rousseff e um partidário do que é chamado de "estupros do direito de propriedade" praticados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como forma legítima de uma busca pela "reforma agrária".

Questiona o jornalista no trecho:

> Pergunto ao ministro Edson Fachin, ele votaria de novo em Dilma Rousseff se ela fosse candidata à presidência? Ele ainda acha que os estupros do direito de propriedade praticados pelo MST, ainda são uma forma justa de reivindicar a reforma agrária?

A utilização dos termos "de novo" e "ainda" evidenciam o caráter supostamente incontestável das colocações em relação às posições do ministro Fachin. Esta mesma estratégia é utilizada logo em seguida, referindo-se desta vez ao ministro Luiz Fux, ainda em 02, no recorte:

> O Fux é outro que se entregou ao que pretende a maioria, ao que pensa a maioria e ponto. Ele assumiu o cargo dizendo que iria acabar com essa história de voto monocrático, prevalência das turmas, e agora é só mais um na turma do Gilmar Mendes que ele prometia enfrentar.

Neste caso, estão pressupostos o objetivo e os pensamentos da "maioria", que constitui supostamente a atual posição de Fux, o que o coloca na condição de "mais um". Outro exemplo está novamente na utilização da retranca, em 02, em que está disposta a temática "segunda casa" para classificar o título "Esquerda aciona STF contra Bolsonaro por reunião", construindo a ideia de que a Suprema Corte seria uma "segunda casa" da "esquerda" e, portanto, adversários de Bolsonaro. A retranca, portanto, faz parte da narrativa que assume uma atuação partidária e enviesada por parte dos ministros em uma lógica circular em que o fato do partido acionar a corte e qualquer decisão eventualmente favorável surge como argumentos desta tese.

Figura 2: Programa dia 19 de julho de 2022

Fonte: YouTube (Canal: Os Pingo nos Is)

O jornalista questiona também a oposição ao presidente, argumentando que as petições ao STF seriam prova da inveracidade das pesquisas eleitorais.

Figura 3: Programa dia 20 de julho de 2022

Fonte: YouTube (Canal: Os Pingo nos Is)

Nesta concepção os opositores “de esquerda”, com medo de enfrentar Bolsonaro na disputa eleitoral, estariam buscando formas de “afastar” o presidente por desacreditarem dos resultados das pesquisas, como expresso em “O comportamento dessa turma, que exige o afastamento do presidente Bolsonaro da disputa eleitoral, é a prova definitiva de que eles não acreditam em pesquisas”.

Ainda em 02, identifica-se suposições em “se Bolsonaro se declarar contra a pena de morte, o Supremo institui a pena de morte” e em “tudo que o Bolsonaro apoia eles desaprovam e consideram antidemocrático”, como formas de legitimar o discurso de oposição do STF ao presidente.

A própria categoria dos jornalistas é posta na posição de partidários da censura por supostamente não se levantarem contra as práticas dos ministros. Esta seria, inclusive, a explicação para um declínio do jornalismo tradicional impresso e digital. Diz o comentarista em 03:

> Não surge uma única crítica à censura nos jornais velhos. Os jornalistas brasileiros são os únicos do mundo que são favoráveis à censura. Isso mostra porque a Veja, por exemplo, tem 90 mil exemplares, isso mostra porque eles estão morrendo nas duas versões, impressa e digital.

Desta forma, a posição defendida no programa seria única e particular, em contraposição aos “jornais velhos” onde não se encontraria “uma única crítica à censura”. A composição do discurso abre espaço para o entendimento de que as colocações emitidas no programa seriam minoritárias e mais comprometidas do que as demais, como visto em 03, no trecho:

> Vai chegando a eleição, as pesquisas vão mudando, vão refletindo, um pouco pelo menos, com alguma palidez, mas vão refletindo a realidade que a gente vê e sente. O jornalista que não tem sensibilidade para sentir o clima político, não será nunca um bom jornalista político, a gente adivinha como é que as coisas estão e sente, sobretudo. Sente no ar, principalmente quando você está no centro das cidades.

O autor seria, portanto, dotado de uma sensibilidade capaz de "adivinhar" o “clima político”, de forma diferente dos demais, e capaz de identificar a “realidade” que estaria contida nas suas exposições, enquanto os criticados pouco entendem dos assuntos tratados, no caso, da política. Em 03, comentando sobre urnas eletrônicas e legitimidade das eleições, é a vez do ministro Gilmar Mendes ser alvo das pressuposições. O magistrado é colocado na posição de alguém que desconhece o que seria legítimo em uma disputa eleitoral e que pouco entenderia

sobre Constituição, em “O Gilmar Mendes não entende disso, nem de Constituição. Não sei o que ele está fazendo lá”.

Em 04, observa-se a mesma construção discursiva em relação ao ministro Edson Fachin, em “Fachin ele não entende nada de reforma agrária, terra e tal. Apoia o MST. Ele nunca subiu a favela”. Posteriormente, todo o STF é assumido como militantes políticos com a conivência de senadores e deputados “covardes”, em “O Supremo milita politicamente o tempo todo e os covardes lá fantasiados de senadores e deputados não abrem a boca”. O comentarista ainda flerta com a concepção de que o Exército poderia, eventualmente, tomar medidas movidas pelo sentimento de indignação com a atuação da Suprema Corte brasileira que agiria interferindo indevidamente, como dito em 04:

> Os militares estão cansados de interferências indevidas, e eles sabem que cabe às Forças Armadas a preservação da Lei e da Ordem, ponto. Não estou insinuando nada, estou tentando avisar os navegantes aí para procurarem outro tipo de rota pois essa leva ao naufrágio. Confronto direto com o Exército, à base de mentiras, leva ao naufrágio.

Neste contexto, as posições relacionadas ao Exército são assumidas como verdadeiras de antemão, como se entende a partir do título “Exército publica mensagem oficial desmentindo a Globo”, em 04.

Figura 4: Programa dia 21 de julho de 2022

Fonte: YouTube (Canal: Os Pingo nos Is)

Outra forma de pressupor a motivação dos ministros é encontrada em 05, “Com Bolsonaro pode tudo, com o Alexandre de Moraes e seus pares, não”, onde novamente está contido o entendimento de que os integrantes da Corte não admitem críticas, enquanto permitem ataques ao presidente Bolsonaro.

Continuando os enunciados construídos a partir de pressuposições que constituem ideologicamente as asserções do jornalista, em 05 o comentarista destaca uma suposta relação entre o economista João Pedro Stédile, reconhecido militante pela reforma agrária, com o ministro Edson Fachin. O comentarista fundamenta uma suposta relação de amizade entre os indivíduos, o que explicaria a atuação contrária ao presidente Bolsonaro. Stédile, ainda, é apresentado como um “fugitivo” da polícia que deveria estar “preso”, e só não está pela relação mantida com os ministros.

Diz o comentarista em 05:

> Fachin podia pegar o João Pedro Stédile e botar na cadeia, ele conhece bem o João Pedro Stédile, eles são amigos, eles sabem os endereços todos ai que o João Pedro Stédile não frequenta porque ele tá sempre circulando por aí para escapar da polícia do Bolsonaro e continuar apoiando os países que são contra o Brasil.

Figura 5: Programa dia 22 de julho de 2022

Fonte: YouTube (Canal: Os Pingo nos Is)

Cabe observar também a conclusão, que é assertiva na definição de que Stédile apoia países que seriam “contra o Brasil”. No título do programa, um indivíduo acusado de ameaçar

o presidente Bolsonaro, é identificado de forma genérica como “esquerdista”, como forma de atrelar a acusação com a posição ideológica do indivíduo.

Já na retranca, está disposto o termo “ódio do bem”, utilizado para identificar como uma forma de hipocrisia por parte dos opositores de Bolsonaro que supostamente criticam a violência, enquanto seriam coniventes com ameaças e manifestações agressivas contra a figura do mandatário.

Em 05, outra colocação do jornalista pressupõe que o ex-presidente Lula, alvo-maior das críticas do comentarista, “não trabalha” desde 1978, quando teria assumido a vida política como forma de se locupletar das benesses de sua posição de forma “demagógica” em detrimento dos trabalhadores que ele diz defender ao comentar a temática de “emprego” no seguinte excerto:

> O Lula falando de emprego é uma piada. Ele parou de trabalhar, parou de ter carteira assinada, que ele tanto valoriza, em 1978, lá no século passado, quando ele descobriu a doce vida de sindicalista demagogo que permite a pessoa sobreviver da fala. Fica conversando fiado, não trabalha.

Desta forma, observa-se a que postura adotada pelo jornalista Augusto Nunes, em basicamente todo o corpus do trabalho, é definido a partir da utilização de adjetivos, pressuposições estruturais relacionadas com discursos anteriores e a generalizações na forma de críticas daqueles que são considerados seus opositores políticos que, por sua vez, coincidem com os adversários institucionais do presidente Jair Bolsonaro, construindo narrativas que depreciam seus rivais, enquanto relativizam as ações do Executivo durante todo o período acompanhado.

4. Considerações Finais

A análise constitutiva dos discursos produzidos nas diferentes plataformas de mídias tende a ganhar maior relevância, uma vez que se ampliam as possibilidades da publicação de conteúdos dos mais variados, sejam notícias e reportagens ou produções digitais.

Ainda mais evidente são as transformações dialéticas pela qual passa a produção jornalística profissional, influenciando e sendo também influenciada pelos fenômenos da atualidade, como a inclusão digital, a modernização das plataformas de acesso e a ascensão das mídias sociais.

Junto, vêm também todas as contradições inerentes de cada fenômeno a partir das condições estruturais destes processos. Se por um lado, o acesso cada vez mais amplo às redes sociais abre infinitas possibilidades de produções, por outro está cada vez mais ameaçada pela concorrência de mídias alternativas, o excesso de informações disponíveis e as narrativas construídas a partir de estratégias discursivas.

Cada vez mais, faz-se necessário recordar as missões fundamentais do jornalismo, de manter a sociedade munida de informações de interesse público e relevantes tanto em suas vidas particulares quanto no contexto social.

Frente ao exposto, pode-se constatar primeiramente que há um percurso estratégico utilizado pelo comentarista na construção dos sentidos de sua produção particular, no caso, no âmbito do jornalismo opinativo como gênero da comunicação que encontra um espaço propício para divulgação nas redes sociais e no ambiente digital, uma vez que este meio permite a agremiação de segmentos específicos com interesses particulares.

Entre os recursos mais expressivos que compõem a estratégia comunicativa do comentarista, destacam-se a adjetivação, que marca a tradição discursiva do gênero opinativo de forma geral. A utilização destas ferramentas enunciativas que, anteriormente representavam um risco ao profissionalismo do jornalista, em especial, na cobertura política, uma vez que marcam a subjetividade do comunicador e, na internet, existem nichos pouco explorados que reverberam opiniões implícitas ou explícitas.

O espaço digital, com alcance praticamente ilimitado, não conhece fronteiras e é um terreno fértil para uma produção fundamentalmente enviesada e que é legitimada pelas concepções ideológicas dos interlocutores. A construção a partir de pressuposições, ainda,

contribui com a mobilização de grupos específicos da sociedade em relação a pautas específicas e a posições determinadas.

No atual contexto, o consumo das notícias passa por transformações relacionadas à ascensão das grandes plataformas de mídia que acabam por favorecer produções menos criteriosas, compactadas e adequadas com as demandas de diferentes públicos-alvos cada vez mais especializados. Cabe, ainda, considerar que a Jovem Pan é um grande conglomerado de mídia com abrangência nacional e dispõe de variadas formas de divulgação. Neste contexto, as posições políticas antagônicas e ideologicamente assumidas ganham espaço frente ao jornalismo tradicional, consolidado a partir de posições consideradas isentas na medida do possível e que, anteriormente, foram responsáveis pela consolidação dos grandes veículos midiáticos tradicionais.

Produções individualizadas que se relacionam intrinsecamente com as concepções prévias e as emoções dos interlocutores, acabam por conquistar de forma mais fiel os interlocutores menos críticos. Enquanto que por parte dos profissionais, ao se abster do dever jornalístico de aprofundar-se nos assuntos e levar informações mais precisas sobre os acontecimentos cotidianos, acabam por fomentar entendimentos distorcidos, enviesados e irrefletidos de forma geral, contribuindo com o fenômeno da desinformação.

Considerando o atual contexto de polarização política e manipulação através da desinformação, os comentários do jornalista Augusto Nunes, reproduzidos no programa Os Pingos nos Is, da Jovem Pan, acabam por sintetizar as argumentações favoráveis ao presidente Jair Bolsonaro, constituindo o arcabouço narrativo que se proliferam nas redes sociais e grupos particulares dos indivíduos partidários desta mesma ideologia.

Esta análise não tem, por objetivo, levantar questionamentos de caráter ideológico, pelo contrário, pretende agregar de forma material as estratégias discursivas utilizadas no âmbito do jornalismo opinativo de abrangência nacional, visto que estes conteúdos ganham espaço nos ambientes digitais e possuem a capacidade de influenciar acontecimentos históricos como uma eleição geral nacional.

O jornalista, um dos mais experientes e reconhecidos que integrou o quadro de comentaristas da emissora, ao recorrer regularmente a artifícios como as escolhas lexicais específicas e as frequentes adjetivações, cumpre o papel de divulgador dos ideais encabeçados por determinada figura política dentro da considerada mídia tradicional, legitimando os conceitos trabalhados anteriormente.

Desta forma, a produção jornalística opinativa do programa serve como mobilização das bases eleitorais e ideológicas de determinado grupo político e econômico, valendo-se dos nebulosos limites entre a liberdade de expressão e crimes relacionados com a desinformação.

É preciso, portanto, estabelecer a liberdade de expressão e de imprensa como valores institucionais e democráticos dissociados de valores e princípios morais particulares e relacionados intrinsecamente à materialidade do ordenamento jurídico. Não se pode aceitar que esses conceitos, basilares do fazer jornalístico, sejam instrumentalizados e sirvam de justificativas para narrativas e opiniões radicalizadas com propósitos individuais.

O conceito de liberdade de expressão e de imprensa estão fundamentadas no direito da sociedade à informação e, desta forma, qualquer subversão desses preceitos constitui um atentado ao próprio exercício jornalístico e, em última instância, corrói as bases do Estado Democrático de Direito.

Neste contexto específico, a análise da produção opinativa presente na pesquisa está orientada no sentido de possibilitar uma reflexão e levantar discussões teóricas quanto ao discurso subjetivo produzido no jornalismo nacional a partir de seus aspectos constitutivos e discursivos que podem ser utilizados para conduzir os interlocutores em diferentes direções determinadas por interesses alheios às noções coletivas de sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFFONSO, Julia. **Alexandre de Moraes concede direito de reposta a Lula e obriga Jovem Pan a falar em inocência.** Estadão, Política, 28 out. 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/alexandre-de-moraes-concede-direito-de-reposta-a-lula-e-obriga-jovem-pan-a-falar-em-inocencia/>. Acesso em: 21 de novembro de 2022.

ALMEIDA, Barbara Cristina Arato Mendes de. **Rotinas de produção em colunas de notas políticas no período eleitoral. 2011**. 194 f., il. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

A RADICALIZAÇÃO da Jovem Pan: uma análise visual. **Revista piauí**, 2022. Disponível em:< https://piaui.folha.uol.com.br/radicalizacao-da-jovem-pan-uma-analise-visual/>. Acesso em: 26 de setembro de 2022.

ARAÚJO, Adélia Luciana Rangel Botêlho de. **Produção do gênero artigo de opinião no ensino fundamental através de sequências didáticas**. 2015. 194 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) - Universidade Federal da Paraíba, Mamanguape, 2015.

BARRIGA, Antónia do Carmo Anjinho**. Media, Política e Opinião: uma tríade complexa. Uma abordagem à opinião publicada em Portugal**. 2008. Disponível em https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/1381. Acesso em 18 jun. 2022.

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BELTRÃO, Luiz. **A imprensa informativa.** São Paulo: Folco Masucci, 1969. Coleção Mass-Media, vol.1.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo.** Porto Alegre: Sulina, 1980.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 18 jun. 2022.

BUCCI, Eugênio. **A imprensa e o dever de liberdade: a independência editorial e suas fronteiras com a indústria do entretenimento, as fontes, os governos, os corporativismos, o poder econômico e as ONGs**. São Paulo: Contexto, 2009.

Consumo de vídeo bate recorde no Brasil. **Katar IBOPE Media**, 2021. Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/consumo-de-video-bate-recorde-no-brasil/>. Acesso em: 28 de maio de 2022.

COSTA, Ana Clara. **A jovem pan e o golpe.** Revista piauí, n. 191, ago. 2022. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/materia/jovem-pan-e-o-golpe/. Acesso em: 26 de setembro de 2022.

CHAUÍ, Marilena. **Comunicação e democracia.** PAULUS: Revista De Comunicação Da FAPCOM, 1(2), pág. 15–32, 2017.

CHAVES, E., MAZZA, L., BUONO, R. **A propaganda é a alma da reeleição.** Revista piauí. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/propaganda-e-alma-da-reeleicao/. Acesso em: 26 de setembro de 2022.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação** (2a ed.). São Paulo: Editora Atlas, 2006.

FARIA, Álvaro Alves de. **JOVEM PAN 80 ANOS: Conheça a trajetória da Rádio Panamericana até o canal de notícias 24 horas na TV.** Jovem Pan, JP 80 Anos, 20 jun. 2022. Disponível em: <https://jovempan.com.br/jp-80-anos/jovem-pan-80-anos-conheca-a-trajetoria-da-radio-panamericana-ate-o-canal-de-noticias-24-horas-na-tv.html >. Acesso em: 26 de setembro de 2022.

FELTRIN, Ricardo. **Augusto Nunes é demitido da Jovem Pan.** UOL, Splash, 31 out. 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/ooops/2022/10/31/augusto-nunes-e-demitido-da-jovem-pan.htm >. Acesso em: 21 de novembro de 2022.

GARRIDO, Bruno Sampaio. **A construção da opinião nos editoriais do jornal Bom Dia Bauru: uma abordagem discursiva**. 2011. 191 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2011.

GOMES, Jaqueline Frantz de Lara. **Narrativas jornalísticas contemporâneas e as vozes que narram em O olho da rua, de Eliane Brum**. 2017. Disponível em https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/1669. Acesso em 18 jun. 2022.

HIPÓLITO José da Costa - O pai da imprensa brasileira. **Revista Press**, 2018. Disponível em:<http://revistapress.com.br/revista-press/press-grandes-nomes/hipolito-jose-da-costa-o-pai-da-imprensa-brasileira/# >. Acesso em: 28 de maio de 2022.

Jovem Pan sob censura. Jovem Pan, Brasil, 19 out. 2022. Disponível em: <https://jovempan.com.br/noticias/brasil/jovem-pan-sob-censura.html>. Acesso em: 21 de novembro de 2022.

MARQUES DE MELO, José & ASSIS, Francisco de. **Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório.** 2016. Disponível em https://www.scielo.br/j/interc/a/YYXs6KPXhp8d7pRvJvnRjDR/abstract/?lang=pt. Acesso em 18 jun. 2022.

MARTINS, Franklin. **Jornalismo político.** São Paulo: Contexto, 2005.

MELO, José Marques de. **Pensamento jornalístico: a moderna tradição brasileira.** 2007. Disponível em https://www.redalyc.org/pdf/698/69830988002.pdf. Acesso em 18 jun. 2022.

MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro.** Campos do Jordão: Ed. Mantiqueira, 2003.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos.** Campinas: Pontes, 2005.

ORTELLADO, P., RIBEIRO, M. M., ZEINE, L. **Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião.** Opinião Pública, v. 28, n. 1, 2022. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/por/opiniao_publica/artigo/725.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo.** São Paulo. Ed. Contexto. 2005.

Relatório de Mídia Digital 2022. Instituto Reuters, 2022. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2022>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

RIBEIRO, Tayguara. **Augusto Nunes é afastado temporariamente de programa da Jovem Pan.** Folha de São Paulo, Política, 25 out. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/augusto-nunes-e-afastado-temporariamente-de-programa-da-jovem-pan.shtml >. Acesso em: 21 de novembro de 2022.

SANTO, Patrícia Espírito. **O que informam as cartas de leitores e leitoras enviadas a jornais impressos: os casos do Estado de Minas e do Le Monde.** 2012. Disponível em https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ECID-8XNKCT. Acesso em 18 jun. 2022.

SOPRANA, P., PASSOS, P., WIZIACK, J. **Como a Jovem Pan virou a voz do bolsonarismo.** Folha de São Paulo, Política, 17 set. 2022. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/como-a-jovem-pan-virou-a-voz-do-bolsonarismo.shtml>. Acesso em: 26 de setembro de 2022.

ZANOLI, Lívia. **Conheça a trajetória da Jovem Pan: da Rádio Panamericana ao canal de notícias 24 horas na TV.** Jovem Pan, 2021. Disponível em: <https://jovempan.com.br/programas/ta-explicado/conheca-a-trajetoria-da-jovem-pan-da-radio-panamericana-ao-canal-de-noticias-24-horas-na-tv.html >. Acesso em: 28 de maio de 2022.